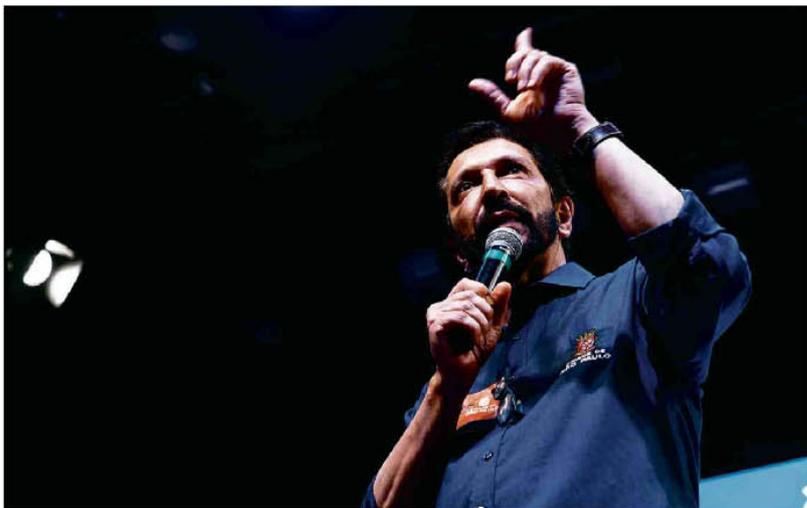


Nunes diz que pretende privatizar gestão pedagógica de escolas em SP



Rubens Cavallari - 14.mar.24/Folhapress

Nunes planeja adotar gestão privada nas escolas municipais

Prefeito compara notas do Liceu Coração de Jesus com a média da rede municipal para defender convênios particulares em colégios; modelo atualmente é adotado principalmente com creches

Fábio Pescarini

SÃO PAULO O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), ensaia replicar o modelo de convênio para gestão privada feito em janeiro de 2023 com o Liceu Coração de Jesus para Emeis (Escolas Municipais de Educação Infantil), Emefis (Escolas Municipais de Ensino Fundamental) e Emefms (Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio).

Atualmente, o município mantém convênios com a iniciativa privada apenas em creches — das 2.579, 2.220 têm gestões contratadas. A exceção nas demais etapas é o convênio com o Liceu.

Segundo o emedebista, a ideia ganhou força com a comparação entre as médias de notas da rede municipal e as do Liceu na Prova SP deste ano, avaliação realizada pela prefeitura com estudantes dos ensinos fundamental e médio e de educação de jovens e adultos.

De acordo com Nunes, a nota média de língua portuguesa dos estudantes do 2º ano da rede é 142,3, contra 152 dos alunos do Liceu.

Em agosto de 2022, a direção do Liceu anunciou o fechamento do colégio, e o prefeito propôs abrir uma escola municipal no local para ser gerida pelos padres da instituição. O convênio, segundo ele, seria em caráter excepcional para garantir a continuidade do colégio. De acordo com a Secretária Municipal da Educação, atualmente o Liceu atende 574 crianças, sendo 300 na educação infantil (pré-escola) e 274

no ensino fundamental 1, com repasse mensal de R\$ 450.862,15 — na época da assinatura, o convênio chegou a ser questionado pela Procuradoria do Município.

“O resultado é excepcional do ponto de vista do aluno. A média do desenvolvimento escolar está muito acima da média de todas as outras escolas [da rede municipal]”, afirma Nunes.

O prefeito recebeu a reportagem da Folha em seu gabinete nesta quinta-feira (14) para uma entrevista sobre transporte público e trânsito, mas falou também dos planos de gestão privada na educação que sinaliza implantar no seu segundo mandato — a posse será em 1º de janeiro.

O senhor tem planos de privatizar a educação municipal? O que eu vou fazer é olhar os alunos. A educação tem que ser olhada para os alunos. Tenho um exemplo que fiz pela primeira vez, de um convênio, no caso do Liceu. O resultado é excepcional do ponto de vista do aluno. A média do desenvolvimento escolar está muito acima da média de todas as outras escolas [da rede municipal]. Então, é um sinal para a gente. Em termos práticos, é só olhar a média [da nota na Prova SP] de língua portuguesa na rede municipal é 142 [2º ano]. No Liceu, é 152. Você prefere ter o seu filho nessa escola ou naquela escola? Essa é a pergunta.

É simples. O que eu vou fazer? Não vou ficar refém de corpora-

tivismo. Vou fazer aquilo que é bom dentro da legalidade.

O convênio será com todas as escolas da rede? Não, porque não temos condições de fazer isso. Mas é algo que você e seus leitores precisam ponderar, são dados. As pessoas mudam, é muito direito, pouco dever. Se a gente puder, com menor recurso, ter uma metodologia que vai ser melhor para os nossos alunos, por que não fazer? Por que pelo menos não tentar? Acho que a gente precisa fazer essas ações.

Em termos práticos, como vai ser? Os professores e funcionários serão deles [conveniados]. Mas trabalharão com a nossa grade curricular, com nosso conteúdo, nossa diretriz pedagógica. O uniforme e o material pedagógico continuam com a Prefeitura de São Paulo, que tem supervisão contínua [no caso do Liceu que deve ser replicado].

Os professores serão contratados pelos convênios? A entidade que a gente eventualmente conveniar contrata.

Sobre transportes, o que levou o senhor a pedir um estudo para extinguir a SPTrans e transferir suas funções para a agência reguladora SP Regula? É um conceito de governar. Se pegar o exemplo do lixo [contratos da coleta foram passados para a agência reguladora], é concessão igual à do transporte. A Amlurb [Auto-

ridade Municipal de Limpeza Urbana] tinha um monte de gente e de prédios para cuidar de contrato de concessão. Foi para a SP Regula e levamos algumas pessoas para lá. Quem não precisava, a gente demitiu. Os prédios estamos utilizando [em outros setores].

A SPTrans tem uma estrutura enorme, prédios em todos os lados. Vamos manter os funcionários que são fundamentais, mas com uma estrutura mais enxuta.

Precisamos usar mais tecnologia e um número menor de pessoas. Não adianta ter um monte de gente lá anotando. O estudo vai dizer se deve ou não extinguir.

Quando o senhor pediu o estudo para saber se é viável a extinção da SPTrans? Estamos concluindo o processo de análise da intervenção das duas empresas de ônibus [Transwólf e UPBus, suspeitas de envolvimento com o crime organizado], o que vai acontecer até dezembro. Terminando a notificação das duas, começamos a análise.

Sobre corrupção, um relatório da SPTrans com dados do ano passado apontou que as principais queixas que chegaram ao comitê de conduta da empresa eram abuso de poder e assédio moral (9 reclamações cada), seguido por corrupção (6). Com a extinção da companhia o senhor acha que pode reduzir esses casos? Por isso fizemos concurso de controlador. Temos ampliado as ações preventivas para evitar casos de corrupção, de assédio moral e sexual.

Com a mudança na SPTrans será possível melhorar o sistema de ônibus, evitar sobreposições de linhas, por exemplo? A análise de sobreposição sempre é feita. O que é preciso fazer agora é uma readequação de linhas por causa do metrô. Estamos desenvolvendo um software [previsto para ficar pronto até o ano que vem] que vai informar a quantidade de passageiros e o tempo de uma linha para outra. Por meio de inteligência artificial dará um estudo muito mais rápido e prático, sem possibilidade de erro. O sistema será mais aprimorado.

A tarifa de ônibus está congelada há quatro anos. O senhor já decidiu se vai reajustar? Gostaria de manter a tarifa congelada, mas não vou tirar dinheiro da saúde e da educação para colocar no transporte. A decisão será tomada em dezembro, quando recebermos as planilhas do custo.

Especialistas costumam dizer que São Paulo é uma cidade que privilegia mais o transporte individual que o coletivo. Se investe mais em obras, para abrir avenidas. Como o senhor avalia isso? O ônibus passa em rua, não vai pelo ar, não é um submarino. Lógico que tem que ter rua para ele poder andar. O que eu tenho percebido nestes três anos e meio como prefeito é que tem muita gente falando sem embasamento nenhum. São 12 milhões de habitantes, 7 milhões de carros por dia. Como é que alguém pode falar que não tem que fazer obra viária? Não tem cabimento.

“Não [haverá convênio em todas as escolas da rede], porque não temos condições de fazer isso. Se a gente puder, com menor recurso, ter uma metodologia que vai ser melhor para os nossos alunos, por que não fazer? Por que pelo menos não tentar? Acho que a gente precisa fazer essas ações

2.579 creches municipais existem em São Paulo, das quais 2.220 são administradas pela iniciativa privada

564 escolas de ensino fundamental municipais funcionam na cidade; só o Liceu tem gestão privada

Ricardo Nunes, 57 Atual prefeito de São Paulo, assumindo após a morte de Bruno Covas, foi reeleito para mais um mandato de quatro anos. Filiou-se ao MDB aos 18 anos e nunca trocou de partido. Antes de ocupar a vice-prefeitura, ele foi vereador por dois mandatos seguidos, de 2013 a 2020

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: A Pagina: 27